



## FLASH DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA



### Portal Nacional de Fornecedores do Estado | Decreto-Lei n.º 72/2018, de 12 de setembro

Foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 72/2018, de 12 de setembro, que procede à criação do Portal Nacional de Fornecedores do Estado<sup>1</sup> (o “Portal”), em concretização de uma medida do programa SIMPLEX+.

#### Quais os objetivos do Portal?

Sob as bandeiras da agilização e da transparência, o Portal visa não só a simplificação dos procedimentos de verificação e comprovação da inexistência de impedimentos à contratação previstos no Código dos Contratos Públicos (o “CCP”), na fase de formação de contratos, mas também da confirmação da regularidade das situações tributária e contributiva de um qualquer fornecedor do Estado, na fase de execução contratual, para efeitos da realização de pagamentos.

#### Quem pode ser fornecedor do Estado?

O conceito de fornecedores do Estado inclui quaisquer pessoas, singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que, participando em procedimentos de formação ou na execução de contratos públicos, se registem no Portal.

#### Quais as principais vantagens em aderir ao Portal?

O registo no Portal apresenta, desde logo, as seguintes vantagens:

- i. Permite que os fornecedores do Estado nele registados fiquem dispensados de entregar às entidades adjudicantes documentos comprovativos da sua idoneidade (*i.e.*, certificados de registo criminal do próprio fornecedor e dos titulares dos seus órgãos executivos), bem como documentos comprovativos da regularidade da sua situação tributária (junto da Autoridade Tributária e Aduaneira) e contributiva (junto da Segurança Social). A verificação e comprovação destas condições passa,

assim, a operar por via do Portal, o que antecipamos que, à partida, se realize através da indicação do endereço do sítio do Portal no anexo II ao CCP;

- ii. Permite estruturar um catálogo de fornecedores do Estado, organizado por tipo de bens, serviços ou obras a realizar;
- iii. Possibilita que determinadas informações sobre os fornecedores do Estado sejam disponibilizadas no Portal (entre outras, a identificação das licenças de que é titular, as localidades onde tem representações, os códigos CPV dos principais bens, serviços ou obras e os endereços de correio eletrónico/sítio). Note-se que a disponibilização desta informação pode ser particularmente relevante para a escolha e seleção dos fornecedores do Estado a convidar em procedimentos de ajuste direto ou consulta prévia; e
- iv. Sempre que o fornecedor do Estado deixe de apresentar a sua situação regularizada, o Portal notifica-o de tal facto, para que, no prazo de 10 dias úteis, regularize ou esclareça a situação junto do organismo respetivo.

#### O registo como fornecedor do Estado é obrigatório?

Não. O registo no Portal afigura-se facultativo. De igual modo, o registo do fornecedor do Estado pode ser cancelado, a todo o tempo, por iniciativa do próprio.

#### Como é garantida a proteção dos dados registados?

Por um lado, o Portal deve estabelecer diferentes níveis de acesso à informação nele registada, consoante os seus destinatários se afigurem entidades públicas, empresas gestoras de plataformas eletrónicas, fornecedores do Estado, entidades fiscalizadoras ou cidadãos em geral. Registe-se, contudo, que tais níveis de

<sup>1</sup> Por “Estado” entenda-se quaisquer entidades adjudicantes/contratantes públicos, conforme definidos no Código dos Contratos Públicos.



diferenciação, e a forma como operarão, serão ainda definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área das infraestruturas.

Note-se, em todo o caso, que, no momento do registo, deve ser manifestado por parte do fornecedor do Estado o seu consentimento para efeitos da verificação e disponibilização dos dados a registar. Adicionalmente, quando estejam em causa pessoas coletivas, este consentimento também deve ser manifestado, individualmente, pelos titulares dos seus órgãos executivos.

#### **Quais os custos associados ao registo no Portal?**

A inscrição no Portal implica o pagamento anual de uma taxa, a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça, que constitui a contrapartida pela disponibilização de toda a informação incluída no portal (e que contempla a manutenção dos registos criminais).

#### **Entrada em Vigor**

Este decreto-lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2019 e só se aplica aos procedimentos que se iniciem após essa data. Não obstante, este diploma confere aos fornecedores do Estado com contratos públicos em fase de execução a possibilidade de efetuarem o registo no Portal para efeitos da verificação e comprovação – por parte da entidade pública – da situação tributária e contributiva para fins de pagamentos.

**Carlos Vaz de Almeida**  
*Head of Public Law and Projects*  
Tel.: (+351) 924 457 979  
Email: carlos.almeida@rrp.pt

**Francisco Bessa de Carvalho**  
*Associate*  
Tel.: (+351) 912 780 289  
Email: francisco.carvalho@rrp.pt

**Diana Santiago das Neves**  
*Junior Associate*  
Tel.: (+351) 965 103 614  
Email: diana.neves@rrp.pt